

O Congresso e os vetos de Sarney

Luiz Orlando Carneiro JUN 1989

A troca de tiros entre o presidente Sarney e o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, em torno de quem — o Executivo ou o Congresso — estaria inviabilizando a nação, provocou especulações segundo às quais o presidente, a nove meses do término de seu mandato, estaria disposto até a abrir mão de seu poder de voto, deixando ao Legislativo a responsabilidade total pelo que venha a ocorrer com o país.

A fixação do salário mínimo pelo Congresso em NCz\$ 120,00, ficando como parâmetro para o reajuste dos aposentados e pensionistas, foi a gota d'água no copo do confronto entre um Executivo sem respaldo político no Congresso e um Legislativo cônscio de suas novas prerrogativas, mas acostumado a mandar para o Ministério da Fazenda as contas de suas generosidades.

Embora o presidente Sarney tenha dito que o Congresso vem deixando de "cooperar" com os esforços do Executivo para controlar a economia, aumentando despesas, criando novos incentivos fiscais e ressuscitando empresas estatais, assegura-se no Palácio do Planalto que ele continuará a usar seu poder de voto. Abrir mão desse poder seria o mesmo que renunciar à chefia do governo.

Como se sabe, pela falecida Constituição, só uma maioria qualificada de 2/3 do Congresso podia derubar um voto presidencial. A nova Carta tornou menos difícil a rejeição do voto, já que agora são suficientes os 286 votos da maioria absoluta do Parlamento. Mas o poder de voto continua a ser uma das atribuições mais fortes do presidente da República, uma das características vitais do presidencialismo.

Oito meses depois da promulgação da nova Constituição, vale a pena analisar o comportamento do Congresso em face dos vetos presidenciais, a fim de que se confirme ou não a alegada falta de cooperação dos deputados e senadores para com o Executivo.

Dos 36 projetos de lei vetados parcial ou totalmente



pelo presidente Sarney e até agora apreciados pelo Congresso, foram aprovados 25 e rejeitados apenas 11. Dos vetos presidenciais totais apreciados, 12 foram aprovados e nove rejeitados. Dos vetos parciais a projetos de lei, o escoré é de 13 x 2 para o Palácio do Planalto. Estes números dão logo a impressão de que o Executivo está sendo mais amparado do que desatendido pelo Parlamento.

No entanto, é de se registrar que os nove vetos totais do presidente derrubados pelo Congresso procuravam, precisamente, conter gastos públicos. Foram sete projetos de lei dispendendo sobre gratificações extraordinárias para servidores do Judiciário, um transformando cargos nos quadros das secretarias dos tribunais eleitorais, e um outro concedendo benefícios fiscais ao esporte amador. Os vetos totais aprovados foram em número maior, mas referiam-se a matérias "menores", tais como normas para o funcionamento das frentes de serviços, organizadas em períodos de seca no Nordeste, ou a autorização para desapropriação e tombamento da casa em que nasceu Graciliano Ramos.

O Planalto conseguiu, contudo, impor alguns vetos totais significativos, como ao projeto de lei fixando o salário mínimo no fim do ano passado, ao que criava cargos no quadro permanente da Justiça Federal, e ao que dispunha sobre o aproveitamento dos servidores do Banco de Roraima. Briga agora o Executivo para conseguir aprovar vetos que considera fundamentais aos projetos de política salarial.

Como se pode ver, apesar de o Congresso continuar sublinhando sua tendência à prodigalidade, não se configurou ainda uma situação de resistência absoluta ao poder de voto presidencial. Ao contrário, reações de deputados que se destacam por sua atuação na área econômico-financeira, entre eles José Serra, Francisco Dornelles e César Maia, demonstram que não é causa perdida a tentativa de se sensibilizar o Congresso para a necessidade de um esforço comum Executivo-Legislativo, no sentido de viabilizar os últimos nove meses do governo Sarney.

Luiz Orlando Carneiro é diretor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília